



ISSN Eletrônico: **2525-5908**

revista.farol.edu.br

ISSN Impresso: **1807-9660**

Vol. 20, Nº 20. - 2023 - dezembro

Contato: revista@farol.edu.br

DESAFIOS E AVANÇOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL

Lucimar da Silva Pereira Junior

Leticia Santos de Araujo Mesquita

Rayça Gomes Batista

DESAFIOS E AVANÇOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL

Lucimar da Silva Pereira Junior¹
Leticia Santos de Araujo Mesquita²
Rayça Gomes Batista³

Resumo: A educação escolar indígena no Brasil é um tema de extrema relevância, intrinsecamente ligado à preservação da diversidade cultural e ao desenvolvimento dessas comunidades. Este artigo busca analisar os desafios históricos enfrentados por essa modalidade educacional, enfatizando os progressos recentes e as atuais dificuldades visando garantir um ensino de qualidade que respeite e promova a multiplicidade cultural. Um dos desafios preeminentes ao longo da história foi a escassez de reconhecimento e valorização da diversidade cultural dos povos indígenas, refletida em políticas educacionais assimilacionistas. Contudo, avanços notáveis foram registrados a partir da Constituição Federal de 1988, que conferiu o direito legítimo aos povos indígenas de preservar suas culturas e estabelecer sistemas de ensino diferenciados. A despeito desses avanços, obstáculos persistem, notadamente a carência de infraestrutura adequada, a necessidade de capacitação docente especializada e a escassez de material didático contextualizado. Esses elementos se revelam fundamentais para uma educação que não apenas respeite, mas também fortaleça as identidades culturais dos povos indígenas.

Palavras-chave: Educação indígena; Diversidade cultural; Políticas inclusivas.

CHALLENGES AND PROGRESS IN INDIGENOUS SCHOOL EDUCATION IN BRAZIL

Abstract: Indigenous school education in Brazil is a matter of extreme relevance, intricately linked to the preservation of cultural diversity and the development of these communities. This article aims to analyze the historical challenges faced by this educational modality, emphasizing recent progress and current difficulties in ensuring quality education that respects and promotes cultural multiplicity. One of the prominent challenges throughout history has been the scarcity of recognition and appreciation for the cultural diversity of indigenous peoples, manifested in assimilationist educational policies. However, notable advancements have been made since the Federal Constitution of 1988, which granted legitimate rights to indigenous peoples to preserve their cultures and establish differentiated educational systems. Despite these advancements, obstacles persist, notably the lack of adequate infrastructure, the need for specialized teacher training, and the scarcity of contextualized educational materials. These elements are fundamental for an education that not only respects but also strengthens the cultural identities of indigenous peoples.

Keywords: Indigenous education; Cultural diversity; Inclusive policies.

1 INTRODUÇÃO

A história da educação escolar indígena no Brasil é marcada por desafios relacionados à preservação das identidades culturais, línguas e saberes tradicionais desses povos (LUCIANO, 2006; BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010; SOBRINHO; DE SOUZA; BETIL, 2017; PEREIRA JUNIOR, 2022). Desde a colonização, políticas assimilacionistas e negligência estatal impactaram negativamente o acesso e a qualidade da educação oferecida às comunidades

¹ Professor da rede pública de Campos dos Goytacazes/RJ; licenciando em Ciências Sociais (UNICSUL) e Geografia (UNIFACVEST); licenciado em Pedagogia (ISEPAM). Especialização em Antropologia Cultural e Social (FFOCUS). E-mail: lucimar_junior@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7747079793073327>

² Professora da rede pública de Campos dos Goytacazes/RJ; licenciada em Pedagogia (UNESA).

³ Professora da rede pública de Campos dos Goytacazes/RJ; licenciada em Pedagogia (ISECENSA).

indígenas (LUCIANO, 2006).

A imposição de políticas assimilacionistas durante a colonização representou um ponto crucial na história da educação indígena. Essas políticas visavam subordinar as culturas nativas à cultura dominante, desconsiderando os conhecimentos ancestrais e impondo um modelo educacional alheio às tradições locais. A consequência foi a supressão das línguas nativas, a repressão dos costumes tradicionais e a imposição de um sistema educacional excludente (BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010).

A negligência estatal ao longo dos anos também deixou marcas profundas na educação das comunidades indígenas. A falta de investimentos em infraestrutura educacional, a escassez de profissionais capacitados e a ausência de políticas inclusivas contribuíram para a perpetuação das desigualdades no acesso à educação. Muitas vezes, as escolas disponíveis para essas comunidades não atendiam às suas necessidades específicas, resultando em altas taxas de evasão e baixo desempenho escolar (LUCIANO, 2006).

Além disso, a ausência de um currículo escolar sensível à diversidade cultural e a escassa valorização dos saberes tradicionais indígenas também foram fatores determinantes na perpetuação da exclusão educacional desses povos.

No entanto, é importante ressaltar que, apesar desses desafios históricos, movimentos sociais e políticas mais recentes têm buscado reverter esse cenário. A partir da luta por direitos educacionais específicos, houve avanços significativos na garantia de uma educação mais inclusiva e respeitosa à diversidade cultural dos povos indígenas (PEREIRA JUNIOR, 2022). Estabelecer uma educação escolar que valorize e integre os saberes tradicionais e as línguas indígenas tem se tornado um objetivo crucial para a preservação das identidades culturais e para a promoção de uma educação mais justa e igualitária para todos.

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2 Educação Escolar Indígena: Desafios E Avanços Na Preservação Cultural

A história da educação escolar indígena no Brasil é marcada por desafios complexos, datando desde a chegada dos colonizadores, que impuseram modelos educacionais visando à assimilação cultural. Esses modelos resultaram na marginalização das línguas e práticas tradicionais indígenas, desencadeando dificuldades persistentes ao longo dos anos (SILVA; PIOL; PAIVA, 2023). Entre elas, destaca-se a falta de professores capacitados, a ausência de materiais didáticos adequados e estruturas escolares inapropriadas para as realidades culturais das comunidades.

Contudo, avanços legislativos significativos têm sido observados. A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) reconheceram a educação escolar indígena como um direito e um instrumento crucial para a preservação cultural (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996).

Grupioni (2000) explica que a legislação referente à educação escolar indígena apresenta formulações que viabilizam a criação de escolas inseridas no sistema educacional nacional, mas com características distintas. Estas escolas têm a liberdade de manter elementos específicos, como o uso da língua indígena, a preservação de saberes tradicionais, a utilização de materiais elaborados pelos próprios professores indígenas, um calendário adaptado ao ritmo de vida, atividades cotidianas e rituais, currículos diferenciados e a participação ativa da comunidade na definição dos rumos da escola. Além disso, a legislação assegura o protagonismo dos povos indígenas e de suas comunidades na gestão das escolas indígenas, garantindo o direito de indicar seus membros para se tornarem professores por meio de programas específicos de formação e certificação.

Apesar disso, a implementação efetiva dessas políticas tem sido desafiadora. A formação de professores interculturais e a adaptação curricular ainda carecem de investimento e aprimoramento.

Há um movimento crescente para valorizar a cultura e os saberes indígenas no ambiente escolar. Iniciativas recentes buscam incorporar os conhecimentos tradicionais nas práticas pedagógicas, valorizando a língua materna e os modos de vida das comunidades. Surgem projetos de escolas bilíngues e interculturais, visando respeitar e fortalecer a identidade dos povos indígenas.

Nesse contexto, a escola emerge como um ambiente histórico reivindicado pelas comunidades indígenas para a construção de relações fundamentadas na interculturalidade e na preservação da identidade autônoma. Esta dinâmica engloba a autoidentificação, a elevação da autoestima e a autorrepresentação dos povos indígenas perante sua própria comunidade e a sociedade em geral. É um espaço onde se busca não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o fortalecimento cultural e a valorização da diversidade étnica (SILVA; PIOL; PAIVA, 2023).

Apesar dos avanços, persistem desafios consideráveis. A falta de infraestrutura adequada, escassez de material didático em línguas indígenas e a resistência de alguns setores da sociedade à valorização dos saberes tradicionais são questões prementes. Além disso, a diversidade linguística e a territorialidade demandam abordagens flexíveis e adaptáveis, condizentes com as especificidades de cada comunidade (LUCIANO, 2006).

De acordo com Sobrinho, De Souza e Betil (2017), a participação das comunidades indígenas é vital na definição e implementação das políticas educacionais; visto que, o

empoderamento das lideranças locais e o diálogo intercultural são fundamentais para o sucesso dessas iniciativas. Reconhecer a educação como um processo participativo, onde as próprias comunidades sejam protagonistas na definição de seus currículos, é um passo crucial para garantir uma abordagem inclusiva e sensível às suas necessidades específicas.

A busca pela qualidade na educação escolar indígena requer não apenas investimento em infraestrutura e materiais, mas também um compromisso profundo com a valorização dos saberes tradicionais como parte intrínseca do processo educacional (LUCIANO, 2006). É necessário um olhar atento para superar os desafios estruturais e culturais que persistem ao longo do tempo.

A diversidade cultural brasileira é um dos pilares da identidade nacional, e a educação escolar indígena desempenha um papel fundamental na preservação e valorização dessa riqueza. Reconhecer e respeitar os saberes ancestrais, as línguas e as tradições indígenas é essencial para uma sociedade mais inclusiva e plural.

A consolidação de políticas eficazes exige um esforço contínuo e colaborativo entre governos, instituições de ensino, comunidades indígenas e a sociedade em geral. O diálogo constante, a capacitação de profissionais capacitados e a promoção de ambientes educacionais que respeitem e valorizem as diversas culturas são passos imprescindíveis para a construção de uma educação escolar indígena de qualidade (LUCIANO, 2006; BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010; SOBRINHO; DE SOUZA; BETIL, 2017).

Para Luciano (2006), a interação respeitosa entre as diferentes formas de conhecimento é um caminho para uma educação mais ampla e inclusiva. A valorização dos saberes indígenas não se limita apenas às salas de aula, mas perpassa por toda a estrutura educacional, desde a formação de professores até a concepção dos currículos.

Portanto, é fundamental um comprometimento firme e constante com a promoção de uma educação escolar indígena que não apenas respeite, mas celebre a diversidade cultural. A construção de políticas educacionais mais eficazes requer a incorporação genuína dos valores, tradições e línguas indígenas em todos os aspectos do sistema educacional brasileiro.

A garantia de uma educação de qualidade para os povos indígenas é um direito fundamental e um dever do Estado brasileiro. É essencial reconhecer que a educação é uma ferramenta poderosa para fortalecer as identidades culturais, promover a igualdade e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos os brasileiros, independentemente de sua origem étnica ou cultural.

3 LEGISLAÇÃO E DIRETRIZES: FUNDAMENTOS PARA A VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA

A educação escolar indígena no Brasil encontra respaldo em leis e diretrizes que reforçam sua importância e garantem a proteção dos direitos educacionais das comunidades indígenas.

A Constituição Federal de 1988 é um marco fundamental nesse contexto. Ela reconhece e assegura o direito à educação escolar indígena, respeitando as especificidades culturais e linguísticas de cada povo (BRASIL, 1988). Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, em seu artigo 78, estabelece que o sistema de ensino deve oferecer programas específicos para a formação de professores para a educação básica, incluindo a educação escolar indígena (BRASIL, 1996).

Outra legislação relevante é a Lei nº 11.645/2008, que determina a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares de todas as escolas, públicas e privadas, do ensino fundamental e médio (BRASIL, 2008). Essa medida busca não apenas promover o respeito e a valorização das culturas indígenas, mas também contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente da diversidade étnico-cultural do país.

Além das leis, existem diretrizes e documentos específicos do Ministério da Educação (MEC), como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para a educação escolar indígena, que buscam orientar e nortear a prática educativa, respeitando os conhecimentos tradicionais e a diversidade cultural presente nas comunidades.

Essas leis e diretrizes representam avanços significativos no reconhecimento da importância da educação escolar indígena no Brasil. No entanto, sua efetiva implementação requer não apenas a existência dessas normativas, mas também políticas públicas consistentes, investimentos adequados, formação contínua de professores e diálogo constante com as comunidades indígenas para garantir uma educação de qualidade e respeitosa à diversidade cultural.

A continuidade e o fortalecimento dessas leis são fundamentais para assegurar não apenas o acesso, mas também a efetivação de uma educação escolar indígena que promova a valorização das identidades, saberes e culturas dos povos originários do Brasil (GRUPIONI, 2022). Este é um compromisso não apenas legal, mas moral e ético, essencial para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e consciente de sua diversidade.

As leis que embasam e fortalecem a educação escolar indígena no Brasil representam pilares sólidos na construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e respeitosa à diversidade cultural. Essas normativas, como a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei que inclui história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, são conquistas significativas na luta pelo reconhecimento e valorização dos saberes e identidades

dos povos originários.

No entanto, mais do que meros dispositivos legais, essas leis representam compromissos éticos e morais com a promoção de uma educação que respeite e celebre a pluralidade cultural do Brasil. São instrumentos que orientam a prática educativa, estabelecendo diretrizes para a formação de professores, a elaboração de currículos e o acesso garantido à educação escolar indígena em condições adequadas e respeitosas (GRUPIONI, 2022).

O desafio segue na implementação efetiva dessas leis, na garantia de recursos, na formação continuada de profissionais capacitados e na construção de um diálogo constante com as comunidades indígenas. A efetividade dessas normativas requer não apenas sua existência formal, mas um comprometimento ativo por parte do Estado, das instituições de ensino e da sociedade como um todo.

É preciso não só respeitar os marcos legais existentes, mas também fortalecê-los, adaptá-los às necessidades emergentes e promover políticas públicas que assegurem o direito à educação escolar indígena em sua plenitude. Isso implica em investimentos consistentes, escuta ativa das demandas das comunidades, valorização dos saberes ancestrais e respeito à diversidade presente nas escolas e nos currículos (LUCIANO, 2006; GRUPIONI, 2022).

Ao fortalecer e aprimorar essas leis, estamos não apenas cumprindo uma obrigação legal, mas também construindo um legado de respeito, valorização e preservação das ricas e diversas culturas indígenas do nosso país. Estamos criando bases sólidas para uma educação inclusiva, capaz de reconhecer, celebrar e aprender com as tradições e saberes milenares dos povos originários, promovendo, assim, um país mais justo, igualitário e verdadeiramente plural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar indígena no Brasil avançou, mas ainda enfrenta desafios estruturais e culturais significativos. A garantia de uma educação de qualidade para os povos indígenas requer políticas inclusivas, formação de professores adequada e o reconhecimento efetivo da riqueza cultural e dos saberes tradicionais como parte integrante do processo educacional. É fundamental um compromisso contínuo e aprofundado para assegurar que a educação escolar indígena seja verdadeiramente respeitosa, inclusiva e promotora da diversidade cultural brasileira.

A consolidação de uma educação escolar indígena de qualidade demanda um comprometimento contínuo de diversos setores da sociedade. É imprescindível que políticas educacionais inclusivas sejam implementadas e mantidas, garantindo não apenas o acesso à educação, mas também sua adequação às necessidades específicas das comunidades indígenas.

A formação de professores é um ponto-chave nesse processo. Capacitar educadores para compreender e respeitar as diferentes culturas, línguas e modos de aprendizado é fundamental para promover um ambiente educacional mais inclusivo e respeitoso. Isso implica não apenas em conhecimento técnico, mas também em sensibilidade cultural e empatia para com as realidades das comunidades indígenas.

O reconhecimento efetivo da riqueza cultural e dos saberes tradicionais como parte integrante do processo educacional é um passo crucial para uma verdadeira valorização da diversidade cultural brasileira. Incorporar os conhecimentos ancestrais no currículo escolar, estimular o uso das línguas indígenas e promover a interação entre saberes acadêmicos e tradicionais são estratégias que fortalecem a identidade cultural das comunidades.

Entretanto, para que essas mudanças sejam efetivas, é necessário um compromisso aprofundado e contínuo por parte do Estado, das instituições de ensino, das lideranças indígenas e da sociedade como um todo. É preciso superar resistências, romper com estigmas e garantir recursos suficientes para que a educação escolar indígena não seja apenas um discurso, mas uma prática real e efetiva.

A educação escolar indígena no Brasil tem avançado, mas ainda há um longo caminho a percorrer. A busca por uma educação de qualidade para os povos indígenas vai além do acesso à escola; trata-se de garantir uma educação que respeite, valorize e promova ativamente a diversidade cultural, reconhecendo-a como um dos pilares da identidade nacional.

Portanto, o compromisso contínuo e aprofundado com políticas inclusivas, formação de professores sensíveis à diversidade e o reconhecimento efetivo dos saberes tradicionais são essenciais para que a educação escolar indígena seja, de fato, inclusiva, respeitosa e promotora da riqueza cultural brasileira. Somente assim será possível construir um cenário educacional mais justo, igualitário e verdadeiramente diverso para as gerações presentes e futuras dos povos indígenas no Brasil.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider. História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang. **Revista Brasileira de História**, v. 30, p. 55-75, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da**

Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº 11.645. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2008.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. A Educação Escolar Indígena no Brasil: A passos lentos. *In* RICARDO, Carlos Alberto (ed.). **Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi Grupioni. **As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 2002. Disponível em . Acesso em 10 Dez. 2023.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MC/SECAD/LACED/Museu Nacional, 2006.

PEREIRA JUNIOR, Lucimar da Silva. **Conhecimento, tradição, educação e cultura: um olhar lúdico a respeito dos brinquedos e brincadeiras presentes no processo de ensino e aprendizagem das crianças indígenas**. 2022. 82 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert, Campos dos Goytacazes, 2022.

SILVA, Antônio Marcos Rocha da; PIOL, Andréa Scopel; PAIVA, Jair Miranda de. Educação Indígena: experiências com crianças Guarani no cotidiano de uma escola em Aracruz/ES. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, nº 44, 14 de novembro de 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/44/educacao-indigena-experiencias-com-criancas-guarani-no-cotidiano-de-uma-escola-em-aracruz>

SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarak; DE SOUZA, Adria Simone Duarte; BETIOL, Celia Aparecida. A educação escolar indígena no Brasil: uma análise crítica a partir da conjuntura dos 20 anos de LDB. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 11, n. 19, p. 58-75, 2017.

Recebido para publicação em dezembro de 2023.
Aprovado para publicação em dezembro de 2023.